

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO
GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES

TEORIA GERAL DO PROCESSO

34ª EDIÇÃO
Revista e atualizada da obra
Teoria Geral do Processo
de Antonio Carlos de Araújo Cintra
Ada Pellegrini Grinover
Cândido Rangel Dinamarco

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

 **MALHEIROS**
EDITORES

SUMÁRIO

Prefácio da 32ª Edição	7
Prefácio da 1ª Edição – Prof. LUIZ EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL	9

PRIMEIRA PARTE INTRODUÇÃO E PREMISSAS SISTEMÁTICAS

Capítulo I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. teoria geral do processo	27
2. a instrumentalidade do processo, os escopos da jurisdição e o processo de resultados	30
3. as crises jurídicas	32
4. solução de conflitos e as tutelas alternativas	34

Capítulo II – SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA

5. sociedade e direito	42
6. conflitos e insatisfações	43
7. da autotutela à jurisdição	44
8. a função estatal pacificadora (jurisdição)	47
9. meios alternativos de solução de conflitos (pacificação social) ...	48
10. autotutela, autocomposição e arbitragem no direito moderno	53
11. controle jurisdicional indispensável (a regra <i>nulla pœna sine iudicio</i>)	55
12. acesso à justiça pelo processo estatal	57
13. acesso à justiça pelos meios alternativos	60

Capítulo III – O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL

14. as funções do Estado moderno	62
--	----

15. legislação e jurisdição	63
16. direito material e direito processual	65
17. relações do direito processual com outros ramos do direito	67
18. os institutos fundamentais do direito processual	68
19. linhas evolutivas da ciência processual – um enfoque supranacional	71

Capítulo IV – DENOMINAÇÃO, POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

20. denominação	75
21. posição enciclopédica do direito processual	76
22. divisão do direito processual	77

Capítulo V – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

23. conceito e delimitação conceitual	79
24. meras regras técnico-processuais não constituem verdadeiros princípios	80
25. os princípios informativos	81
26. a inafastabilidade do controle jurisdicional	81
27. tempestividade da tutela jurisdicional e razoável duração do processo	83
28. igualdade	85
29. contraditório e ampla defesa	88
30. o contraditório e o juiz – o dever de diálogo deste com as partes	89
31. imparcialidade e juiz natural	92
32. imparcialidade, neutralidade e impessoalidade	95
33. publicidade	96
34. motivação das decisões judiciais	99
35. duplo grau de jurisdição	102
36. proporcionalidade	106
37. devido processo legal	107
38. entre os princípios e as meras regras técnicas	109
39. princípio da demanda – o processo inquisitivo e o acusatório	109
40. disponibilidade e indisponibilidade	112
41. a disponibilidade e a regra da livre investigação das provas – as chamadas verdade real e verdade formal	115
42. o impulso oficial	119
43. oralidade	119
44. a persuasão racional do juiz	119
45. a lealdade processual	120
46. economia processual	124

Capítulo VI – DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

47. processo e Constituição	127
48. direito processual constitucional	128
49. tutela constitucional do processo	129
50. acesso à justiça	129
51. a garantia do devido processo legal	130
52. as garantias processuais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José de Costa Rica)	132
53. as garantias do processo administrativo	135

Capítulo VII – NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA

54. norma material e norma instrumental	139
55. objeto da norma processual	140
56. natureza da norma processual	141

Capítulo VIII – FONTES DA NORMA PROCESSUAL

57. fontes da norma processual	144
58. a jurisprudência como fonte do direito processual	145

*Capítulo IX – EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL
NO ESPAÇO E NO TEMPO*

59. dimensões da norma processual	149
60. eficácia da norma processual no espaço	149
61. a norma processual no tempo – vigência e eficácia da lei processual – irretroatividade	150
62. a irretroatividade da jurisprudência	154

Capítulo X – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL

63. interpretação da lei, seus métodos e resultados	157
64. interpretação e integração	159
65. interpretação e integração da lei processual	160

*Capítulo XI – EVOLUÇÃO HISTÓRICA
DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO*

66. continuidade da legislação lusa	162
67. o Regulamento 737	164
68. instituição das normas	165
69. competência legislativa	165
70. reforma legislativa	166
71. o Código de Processo Civil de 1973	167

72. o Código de Processo Civil de 2015	168
73. a reforma processual penal	176
74. a Constituição de 1988 e o direito anterior	179
75. evolução doutrinária do direito processual no Brasil – o papel de Liebman e a tendência instrumentalista moderna	181

SEGUNDA PARTE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Capítulo XII – PODER JUDICIÁRIO: FUNÇÕES, ESTRUTURA E ÓRGÃOS

76. Poder Judiciário – conceito	189
77. funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	190
78. órgãos da jurisdição	192
79. jurisdição una – inexistente no Brasil o contencioso administrativo	193
80. órgãos não-jurisdicionais do Poder Judiciário – o Conselho Nacional de Justiça, as Ouvidorias de Justiça e as Escolas da Magistratura	194

Capítulo XIII – A INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS

81. a independência do Poder Judiciário	196
82. as garantias do Poder Judiciário como um todo	197
83. as garantias e impedimentos dos magistrados	198
84. garantias de independência	198
85. os impedimentos como garantia de imparcialidade	199

Capítulo XIV – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: CONCEITO, CONTEÚDO, COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

86. conceito	201
87. competência legislativa	202
88. o objeto da organização judiciária	203
89. Magistratura	203
90. a estrutura judiciária nacional	205
91. os juízos de primeiro grau de jurisdição	207
92. os tribunais das diversas Justiças	208
93. divisão judiciária	208
94. épocas para o trabalho forense	209

Capítulo XV – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

95. órgãos de superposição	212
96. Supremo Tribunal Federal: funções institucionais	213
97. grau de jurisdição do Supremo Tribunal Federal	215
98. ingresso, composição e funcionamento (STF)	216
99. Superior Tribunal de Justiça: funções institucionais e competência	217
100. ainda o Superior Tribunal de Justiça – ingresso, composição e funcionamento	218

Capítulo XVI – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS ESTADUAIS

101. fontes	220
102. divisão judiciária – os juízos de primeiro grau	220
103. a carreira da Magistratura: ingresso, vitaliciamento, promoções e remoções	221

Capítulo XVII – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS DA UNIÃO

104. as Justiças da União	223
105. organização da Justiça Federal (comum)	223
106. organização da Justiça Militar da União	225
107. organização da Justiça Eleitoral	226
108. organização da Justiça do Trabalho	227

Capítulo XVIII – SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

109. órgãos principais e órgãos auxiliares da Justiça	230
110. classificação dos órgãos auxiliares da Justiça	231
111. auxiliares permanentes da Justiça	232
112. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos de encargo judicial)	235
113. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)	236
114. fé pública	236

Capítulo XIX – MINISTÉRIO PÚBLICO

115. noção, funções e origens	238
116. Ministério Público e Poder Judiciário	239
117. princípios	241
118. garantias	242
119. impedimentos e mecanismos de controle	243
120. órgãos do Ministério Público da União	244
121. Conselho Nacional do Ministério Público	245

Capítulo XX – O ADVOGADO

122. noções gerais	247
123. Defensorias Públicas	249
124. a Advocacia-Geral da União	250
125. natureza jurídica da advocacia	250
126. a representação pelo advogado – a exigência de procuração	251
127. abrangência da atividade de advocacia e honorários	251
128. deveres e direitos do advogado	252
129. Ordem dos Advogados do Brasil	253
130. exame de Ordem e estágio	255

TERCEIRA PARTE
JURISDIÇÃO

*Capítulo XXI – JURISDIÇÃO: CONCEITO
E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS*

131. conceito de jurisdição	259
132. caráter substitutivo	260
133. escopo jurídico de atuação do direito	261
134. outras características da jurisdição (lide, inércia, definitividade)	262
135. jurisdição, legislação, administração	264
136. os órgãos exercentes da jurisdição estatal	265
137. princípios inerentes à jurisdição estatal	266
138. dimensões da jurisdição	269
139. poderes inerentes à jurisdição	269
140. a jurisdição arbitral	270

Capítulo XXII – ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

141. unidade da jurisdição estatal	273
142. jurisdição penal ou civil	274
143. relacionamento entre jurisdição penal e civil	274
144. jurisdição especial ou comum	277
145. jurisdição superior ou inferior	278
146. jurisdição de direito ou de equidade	279

Capítulo XXIII – LIMITES DA JURISDIÇÃO

147. generalidades	281
148. limites internacionais	281
149. limites internacionais de caráter pessoal	283
150. limites internos	284

Capítulo XXIV – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

151. administração pública de interesses privados	286
152. jurisdição voluntária	287

Capítulo XXV – COMPETÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES, CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

153. conceito	291
154. distribuição da competência	292
155. órgãos judiciários diferenciados	293
156. elaboração dos grupos de causas	294
157. dados referentes à causa	294
158. dados referentes ao processo	296
159. atribuição das causas aos órgãos	297

Capítulo XXVI – COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA

160. prorrogação da competência	302
161. causas de prorrogação da competência	304
162. prorrogação da competência e prevenção	305
163. deslocamento da competência	306

QUARTA PARTE
AÇÃO E EXCEÇÃO

Capítulo XXVII – A AÇÃO

164. conceito	311
165. teoria imanentista	311
166. a polêmica Windscheid-Muther	312
167. a ação como direito autônomo	312
168. a ação como direito autônomo e concreto	312
169. a ação como direito autônomo e abstrato	314
170. apreciação crítica das várias teorias	314
171. a doutrina de Liebman	316
172. natureza jurídica da ação	318
173. a ação penal	318
174. condições da ação (teoria geral e processo civil)	320
175. condições da ação (processo penal)	322
176. o interesse de agir como condição da ação	324
177. a legitimidade <i>ad causam</i>	326
178. a legitimidade extraordinária ou substituição processual	326

179. a legitimidade <i>ad causam</i> no âmbito penal	327
180. carência de ação	330
181. a teoria da asserção	330

Capítulo XXVIII – EXCEÇÃO: A DEFESA DO RÉU

182. bilateralidade do processo	333
183. exceção	334
184. natureza jurídica da exceção	335
185. classificação das exceções	337

QUINTA PARTE
PROCESSO

*Capítulo XXIX – PROCESSO, RELAÇÃO JURÍDICA,
CONTRADITÓRIO, PROCEDIMENTO*

186. processo e procedimento	341
187. teorias sobre a natureza jurídica do processo	342
188. o processo como relação jurídica	343
189. o processo como situação jurídica	345
190. natureza jurídica do processo	345
191. o processo como procedimento em contraditório	348
192. legitimação pelo procedimento e pelo contraditório	349
193. relação jurídica processual e relação material – autonomia da relação processual	350
194. sujeitos da relação jurídica processual	351
195. objeto da relação processual	353
196. características da relação processual	353
197. pressupostos da relação processual (pressupostos processuais) ...	355
198. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	356
199. início e fim do processo	358
200. diferentes tipos de processo e de procedimento	359

Capítulo XXX – DEMANDA

201. formação do processo – a demanda	364
202. identificação da ação ou da demanda	365
203. partes	365
204. causa de pedir (ou <i>causa petendi</i>) – a teoria da substanciação	366
205. o pedido	368
206. o pedido e o objeto do processo	369
207. classificação das demandas	371

208. relações entre demandas – litispendência, continência e conexidade	372
209. relações entre demandas – prejudicialidade	374
210. cumulação de demandas	376
211. estabilização e alteração da demanda	378

Capítulo XXXI – SUJEITOS DO PROCESSO

212. generalidades	380
213. o juiz	381
214. o conceito puro de <i>parte</i> e o conceito puro de <i>terceiro</i>	382
215. a qualidade de parte	383
216. a aquisição da qualidade de parte	383
217. dualidade das partes	383
218. pluralidade de partes	384
219. litisconsórcio	385
220. intervenções de terceiros	386
221. intervenção voluntária ou coata	386
222. intervenção litisconsorcial voluntária	387
223. intervenção do litisconsorte necessário	387
224. assistência simples ou litisconsorcial	387
225. recurso de terceiro prejudicado	389
226. denúncia da lide	389
227. chamamento ao processo	389
228. sucessão do réu pela parte legítima	390
229. incidente de desconsideração da personalidade jurídica	390
230. <i>amicus curiae</i>	391
231. a tríplice capacidade processual – a capacidade de ser parte, a de estar em juízo e a postulatória	392
232. parte e representante	394
233. sucessão processual e substituição processual	395
234. faculdades e poderes das partes – faculdades puras ou não	395
235. ônus das partes	396
236. deveres das partes	397

Capítulo XXXII – ATOS PROCESSUAIS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

237. fatos e atos processuais	399
238. conceito de ato processual	400
239. negócios jurídicos processuais	401
240. classificação dos atos processuais	402
241. atos processuais do juiz (atos judiciais)	402

242. atos dos auxiliares da Justiça	405
243. atos processuais das partes	405
244. atos processuais simples e complexos	407
245. documentação do ato processual	408

Capítulo XXXIII – FORMAS PROCESSUAIS – PROCEDIMENTO

246. o sistema da legalidade das formas	410
247. as exigências quanto à forma	412
248. o lugar dos atos do procedimento	412
249. o tempo dos atos do procedimento	412
250. prazos processuais	412
251. o modo do procedimento e de seus atos	414
252. o modo do procedimento (linguagem): procedimento escrito, oral e misto	415
253. a nova oralidade: o procedimento eletrônico	417
254. ainda o modo do procedimento: o impulso processual	419
255. as preclusões	420
256. o modo do procedimento: o rito e a relativa rigidez e indisponibilidade do processo e do procedimento	422

Capítulo XXXIV – DEFEITOS DO ATO PROCESSUAL

257. inobservância da forma	426
258. nulidade	427
259. a pronúncia da nulidade	428
260. nulidade absoluta e nulidade relativa	430
261. inexistência jurídica do ato processual	431
262. convalidação do ato processual	432

Capítulo XXXV – PROVA

263. o temário geral do direito probatório	434
264. conceito de prova	435
265. direito à prova e suas limitações	436
266. provas ilícitas	436
267. fontes de prova	439
268. meios de prova	439
269. objeto da prova	440
270. destinatário da prova	441
271. ônus da prova	442
272. a inversão do ônus da prova e a distribuição dinâmica desse ônus	444

273. o poder judicial de iniciativa probatória	445
274. valoração da prova	447

Capítulo XXXVI – SENTENÇA E COISA JULGADA

275. conceito de sentença	450
276. espécies de sentenças	451
277. sentença meramente declaratória	452
278. sentença condenatória	453
279. sentença constitutiva	453
280. a tutela jurisdicional em caso de crise de conhecimento	454
281. a proposta de uma classificação quántupla das sentenças	455
282. custo do processo	456
283. coisa julgada	458
284. a coisa julgada penal	461
285. limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada	462
286. limites subjetivos da coisa julgada	464

Capítulo XXXVII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

287. direito ao reexame de decisões	469
288. recursos – três acepções do vocábulo	470
289. mérito do recurso e mérito da causa	471
290. pressupostos de admissibilidade dos recursos	472
291. legitimidade recursal	472
292. legitimidade recursal no processo penal	473
293. interesse recursal	474
294. os pressupostos recursais intrínsecos	476
295. pressupostos positivos	476
296. pressupostos negativos	479
297. juízo de admissibilidade e juízo de mérito – conceitos e distinção – o objeto do juízo de admissibilidade	481
298. juízo de admissibilidade – competência e efeitos	481
299. efeitos dos recursos	482
300. tipicidade e unicidade recursais	486
301. unirrrecorribilidade	487
302. apelação	487
303. agravo de instrumento	489
304. o recurso especial e o recurso extraordinário	490
305. o recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos e o inci- dente de resolução de demandas repetitivas	490

306. agravo interno	492
307. embargos de declaração	492
308. recurso ordinário	493
309. agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	493
310. embargos de divergência	493
311. incidente de assunção de competência	494
312. incidente de arguição de inconstitucionalidade (reserva de Plenário)	494
313. os embargos infringentes e de nulidade do processo penal e o julgamento estendido do processo civil	495
314. devolução oficial	496
315. suspensão da tutela provisória e da execução provisória	496
316. as demandas autônomas de impugnação às decisões judiciais	497
317. ação rescisória e revisão criminal: objeto	497
318. condições da ação rescisória e da revisão criminal	498
319. o objeto do processo da ação rescisória e da revisão – juízo rescindente e juízo rescisório	500
320. o processo da ação rescisória e da revisão criminal – pressupostos processuais	501
321. diferenças entre rescisão e revisão: prazo decadencial e <i>reformatio in pejus</i> indireta	503
322. mandado de segurança contra atos jurisdicionais	504
323. <i>habeas corpus</i>	506
324. ação anulatória de sentença arbitral	507
325. ação anulatória de atos negociais homologados judicialmente	508
326. <i>querela nullitatis</i>	508
327. reclamação	509
328. arguição de descumprimento de preceito fundamental	509

Capítulo XXXVIII – PROCESSO OU FASE DE CONHECIMENTO

329. o procedimento comum	511
330. a fase postulatória	513
331. a fase ordinatória	514
332. a fase instrutória	515
333. a fase decisória	516

Capítulo XXXIX – EXECUÇÃO, PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

334. execução – conceito geral	517
335. título executivo	518

336. execução civil – conceito e distinções	518
337. o título executivo e a exigibilidade do crédito na execução civil .	519
338. processo de execução (por título extrajudicial) e fase de cumprimento de sentença	520
339. competência para a execução civil	521
340. espécies de execução civil	522
341. liquidação de sentença	522
342. as oposições do devedor (embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade)	523
343. o cumprimento provisório de sentença	525
344. execução penal	526

Capítulo XL – TUTELA PROVISÓRIA

345. o tempo e os direitos	529
346. as tutelas provisórias no processo civil	530
347. as tutelas de urgência (cautelares ou antecipadas)	531
348. os requisitos fundamentais – <i>fumus boni juris e periculum in mora</i> – cognição sumária	532
349. reversibilidade e revogabilidade	534
350. a estabilização da tutela antecipada	534
351. a tutela da evidência	535
352. competência	535
353. medidas inominadas (atípicas) – o poder geral de cautela e o poder geral de antecipação	536
354. liminares – concessão <i>inaudita altera parte</i> ou após breve justificacão	536
355. antecipação de tutela recursal	537
356. as cautelares no processo penal	537

Capítulo XLI – PROCESSO COLETIVO

357. interesses coletivos	540
358. a dimensão social da defesa dos interesses difusos	541
359. configuração política dos interesses difusos	541
360. necessidade de tutela jurisdicional referente aos interesses difusos ou coletivos	542
361. a tutela jurisdicional dos interesses transindividuais no Brasil	543
362. interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	544
363. legitimidade, eficácia metaindividual da sentença, coisa julgada e outras técnicas dos processos coletivos brasileiros	545

364. coletivização das ações individuais	547
365. um novo processo para o controle jurisdicional de políticas públicas	548

Capítulo XLII – PROCESSO ARBITRAL

366. processo arbitral	550
------------------------------	-----

Capítulo XLIII – TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS

367. conceito e disciplina legal	553
368. o processo dos juizados especiais	554
369. mandado de segurança	556
370. o processo monitório	558
371. processo para o controle abstrato da constitucionalidade das leis	559
372. <i>habeas corpus</i>	560
Bibliografia Geral	563